

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
17 de novembro de 2014

Ao décimo sétimo dia do mês de novembro de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quinquagésima Sexta Reunião Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, PAULO SÉRGIO SUARES (Presidente da Câmara Municipal e Prefeito em exercício); de Ribeirão Pires, SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. Ausentes os assessores regionais de Santo André, Diadema e Ribeirão Pires.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Dando início à pauta, o Secretário Executivo anuncia a apresentação do GT SEGURANÇA PÚBLICA, no âmbito do PROGRAMA SEGURANÇA URBANA sobre a proposta de constituição do Centro de Formação Regional das Guardas Municipais, feita pelo Secretário Benedito Mariano (São Bernardo do Campo), coordenador do GT Segurança Pública, e acompanhado dos demais integrantes do GT. Informa também que o tema consta entre as ações prioritárias do programa Segurança Urbana aprovado no PPA Regional 2014/17, que foi feito o detalhamento prévio e já aprovada pelo GT a referida proposta, e que na pasta entregue aos Prefeitos consta também uma proposta de regimento interno e a minuta de contrato de programa, elaborada pela Diretoria Jurídica do Consorcio, para prosseguimento caso seja aprovada a proposta. O secretário Benedito Mariano inicia sua apresentação saudando a todos os presentes. Em seguida informa que na última reunião do GT Segurança foi aprovada a primeira versão do regimento interno que contém todas as regras e estrutura mínima para criação do Centro de Formação Regional das Guardas Cívicas Municipais. Ressalta que caso aprovado, será o primeiro espaço de formação regional em SP e no Brasil. O local disponibilizado fica no Bairro Santo Antonio, próximo a Anchieta em São Bernardo do Campo e tem condições de formar cerca de 150 guardas municipais a cada mês. Relata que o GT Segurança vem discutindo o tema há 2 anos sendo que é umas das prioridades do PPA Regional. Informa que já havíamos conseguido através do GT dois projetos regionais com o governo federal na perspectiva do centro regional. O primeiro deles é a comunicação integrada que foi entregue há cerca de 2 anos, com rádios HT e estação de comunicação para as 7 cidades, entregues pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e também a aprovação de um projeto de reestruturação do atual centro de formação que proporcionou a aquisição de dois micro-ônibus para o equipamento, além de computadores e a reforma do espaço, sendo que as 8 salas são equipadas com ar condicionado. A idéia é criar um Conselho Diretor como instancia maior, formado pelos Secretários Municipais de Segurança, ressaltando

que no município de Rio Grande da Serra, o coordenador da defesa civil será o representante. Esse Conselho terá como competências eleger a diretoria executiva; deliberar a respeito das estruturas curriculares; aprovar regulamentos dos cursos; aprovar composição do corpo docente e administrativo; e aprovar orçamento destinado às atividades da formação, com reuniões a cada três meses e cada município com direito a um voto, no mesmo formato que já rege todas as atividades do Consórcio. Além do conselho, elege-se uma Diretoria Executiva composta por Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria de Cursos, Programas e Projetos, Diretoria Logística e Assessoria de Comunicação, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleita. Todos os membros não serão remunerados, a idéia é que cada cidade indique seus representantes. Com relação aos custos de manutenção geral do Centro Regional, incluindo os custos com cursos de ingresso, acesso, formação continuada, especialização, corpo docente, alimentação e transporte seriam realizados através de dotação e conta específicas do Consórcio, de acordo com o rateio já autorizado pela Assembleia de Prefeitos a partir de 2015. Os bens que foram adquiridos pela Prefeitura de São Bernardo do Campo através do convênio com o Ministério da Justiça nº 763208/2011 com vistas à estruturação do Centro Regional de Formação serão doados ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC. A Prefeitura de São Bernardo do Campo autorizará, de acordo com o artigo 159, §1º da Lei Orgânica do Município, a cessão de uso por tempo indeterminado do prédio localizado no Parque Santo Antônio, Rua Heitor Villa Lobos 193, ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC, como sede do Centro Regional de Formação em Segurança Urbana. Caso aprovado na Assembléia de Prefeitos, Mariano destaca que a única grande diferença inicial seria colocar as bandeiras dos 7 municípios na fachada do equipamento, e o GT Segurança irá se reunir para formar a primeira diretoria. Com a palavra, o Diretor Jurídico do Consórcio, Dr. Leandro Piccino, inicia saudando a todos, e diz que a minuta prevê na cláusula 5 um valor global de 1,5 milhão destinados à execução do futuro contrato de programa, já estão englobados nos repasses previstos no contrato de rateio firmado entre as mesmas partes, cabendo ao Consórcio promover a separação e o gerenciamento dos valores. O contrato de programa tem por objeto a criação e a manutenção do Centro Regional de Formação em Segurança Urbana, com o objetivo de realizar cursos de ingresso, acesso na carreira, especialização e formação continuada dos servidores das Guardas Civis Municipais dos Municípios consorciados, bem como de outros cursos específicos voltados aos agentes da defesa civil e outros setores relacionados à segurança urbana. Este Contrato de Programa teria vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura. O Prefeito Marinho alerta para a inclusão da bandeira do Mercosul na nova fachada e pergunta se há dúvidas dos demais presentes, sem manifestações. Deliberação: a proposta de constituição do Centro Regional foi aprovada por todos os Prefeitos, nos termos da minuta do contrato de programa apresentada.

Dando sequência, o Secretário Executivo anuncia que o Sr. Mauricio, coordenador do grupo temático DIVISAS INTERMUNICIPAIS irá apresentar o relatório final do trabalho para compatibilização de conflitos entre os municípios. A pasta entregue aos Prefeitos contém uma síntese e o CD com a apresentação na íntegra. Mauricio inicia informando que o Grupo Temático Divisas Intermunicipais iniciou suas atividades em junho de 2013, a partir da discussão da agenda de prioridades do

Grupo de Trabalho Planejamento Urbano, e teve início com o resgate do trabalho desenvolvido em 2002, no âmbito da Câmara do ABC, pelo GT homônimo à época. No período entre junho de 2013 e outubro de 2014, o grupo analisou todos os pontos indicados no relatório final desenvolvido em 2002, com o intuito de averiguar se os problemas permanecem e se há consensos ou dissensos em relação aos pontos. As discussões se deram entre pares de municípios, e em reuniões periódicas no Consórcio. A partir do resgate deste material, os objetivos foram os seguintes: Revisar o trabalho desenvolvido anteriormente, averiguando se os conflitos outrora elencados continuam existindo; Verificar se houve mudança de posição das Prefeituras em relação aos conflitos (dissensos e/ou consensos) identificados anteriormente; Verificar se os pontos de divisa com problemas identificados anteriormente ampliaram-se, ou continuam os mesmos, ou se se extinguiram devido a acordos bilaterais entre Prefeituras; Levantar e analisar se existem novos pontos de conflito entre os Municípios; Identificar propostas de soluções apresentadas pelas Prefeituras, e Elaborar novo relatório a respeito do assunto. Na época de início dos trabalhos, tramitava no Senado um projeto de lei complementar, previsto na Constituição Federal de 1988, que autorizaria desmembramento e remembramento de municípios. O Projeto de Lei, denominado "Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98 de 2002 (complementar)" apresentava procedimentos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, que regulamentaria o § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Em novembro de 2013, o PL foi integralmente vetado pela Presidência da República, sob a alegação de que com a medida, diversos novos municípios poderiam ser criados no Brasil. Em 2014, o PL voltou a ser reapresentado, revisado (Projeto de Lei nº 104, de 2014) e novamente recebeu o veto total. Importante destacar que nas duas ocasiões em que o projeto foi vetado a justificativa para o veto presidencial foi a possibilidade de criação de novos municípios e o aumento dos gastos públicos com manutenção de novos municípios, ou seja, nos vetos, não houve objeção quanto ao desmembramento e fusão para ajuste nos municípios já existentes. Por outro lado, como a referida lei dependia de aprovação desde 2002, alguns municípios formalizaram, neste intervalo de tempo, acordos administrativos para ajustar conflitos de divisa. Porém, o GT considera que os acordos administrativos para alteração das divisas são elementos frágeis do ponto de vista legal, pois podem ser desfeitos ou questionados juridicamente. Neste ínterim, o IGC foi convidado para reunião no Consórcio e apontou a situação atual do órgão, no que tange à definição de divisas intermunicipais. Explanou sobre os problemas de divisas típicos encontrados no Estado de São Paulo, demonstrando a dificuldade de se solucionar os problemas devido à falta de legislação específica. Atualmente, após revisão do material elaborado em 2002, os pontos identificados no ABC podem ser classificados sob as seguintes tipologias de conflito: a) Divisas definidas por um acidente geográfico não mais identificável (divisor de águas); b) Divisas definidas por um corpo d'água que, retificado, gerou alterações na configuração do território dos municípios envolvidos; c) Situações em que houve crescimento espontâneo de um núcleo populacional, ignorando a linha divisória definida legalmente; d) Loteamento implantado em gleba que abrange mais de um município; e) Problema cartorário, onde um próprio municipal pode estar localizado em área de outro município, após retificação de cursos d'água. Ao final dos

trabalhos do GT Divisas, foram reexaminados os pontos de conflitos e classificados dentre as tipologias indicadas acima. Em alguns casos, os pontos originalmente identificados foram desdobrados para maior especificação. O relatório final apresentou 47 pontos de conflito, sendo 9 pontos entre Santo André e São Bernardo do Campo; 8 pontos entre São Caetano do Sul e Santo André, 5 pontos entre Mauá e Ribeirão Pires, 7 pontos entre Mauá e Santo André, 6 pontos entre Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, 4 pontos Diadema e São Bernardo do Campo. Por fim, informa que no CD anexo, está o relatório final dos trabalhos desenvolvidos, pareceres jurídicos solicitados e mapas contendo os pontos levantados e analisados e seu desdobramento proposto. Vale destacar que o próximo passo para continuidade dos trabalhos foi o levantamento preliminar dos pontos de conflito com o Município de São Paulo, apontados no capítulo final do relatório, para posterior articulação e debate com este município vizinho. A partir da exposição, o Presidente Luiz Marinho aponta as dificuldades de encaminhamento dado o veto presidencial, cabendo portanto a articulação junto ao Congresso Nacional para eventuais desdobramentos e avanços. O Presidente lembra ainda uma questão correlata à divisa entre Santo André e Rio Grande da Serra, questionando a decisão do CADE de vetar a aquisição da unidade da Solvay pela Braskem, e propondo o encaminhamento de uma moção de repúdio do Consórcio com essa manifestação dos prefeitos. Encaminhamentos: designada a Secretaria Executiva para articulação junto à bancada regional no Congresso e elaborar moção de repúdio contra a decisão do CADE referente à aquisição da Solvay pela Braskem.

Inicia-se a discussão do próximo ponto de pauta, a APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AUXÍLIO MÚTUO REGIONAL DA DEFESA CIVIL, por parte do GT DEFESA CIVIL. O Secretário Executivo informa que foi aprovada internamente uma proposta de formalizar um Plano de Auxílio Mútuo Regional da Defesa Civil, considerando que a rigor a defesa civil regional já atua dessa forma colaborativa entre os municípios. Com a palavra, o coordenador do GT Defesa Civil, Sr. Luis Bongiovanni, inicia sua apresentação relatando que nos últimos anos o Consórcio, por meio do GT Defesa Civil, vem desenvolvendo com os sete municípios, uma série de atividades visando à construção de uma gestão regional dos riscos de desastres ambientais e urbanos, resultantes de processos como escorregamentos e inundações. Com a proximidade do período de maior pluviosidade, quando a probabilidade de tais desastres aumenta significativamente, o GT Defesa Civil, de acordo com a Lei Federal 12.608/12, vem priorizando a execução de diversas medidas de caráter preventivo, mitigatório e preparatório a serem executadas regionalmente, coordenadas pelo Consórcio e sintonizadas com a Operação Verão, de âmbito estadual, de responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-CEDEC. No entanto, considerando as previsões dos institutos de meteorologia que acenam para a possibilidade de um verão com fortes precipitações e, conseqüentemente, com maiores probabilidades de eventos danosos, o GT Defesa Civil considera fundamental que o Consórcio, através de sua Assembleia de Prefeitos, assumira o compromisso público de viabilizar ações emergenciais integradas de resposta, de forma que os municípios possam auxiliar-se mutuamente, compartilhando recursos técnicos, materiais e humanos, em eventuais ocorrências de desastres em nossa região. Embora na prática esse auxílio mútuo já ocorra informalmente, o GT Defesa

Civil entende que a manifestação pública dos Prefeitos, além da importância política que agregará às ações de Proteção e Defesa Civil, facilitando sua implementação, será um importante instrumento de divulgação das ações públicas visando à proteção da população. Desta forma, a sociedade civil terá a percepção da gravidade da situação e, simultaneamente, o relativo conforto de contar com a atenção do Poder Público. Outro importante aspecto positivo da citada manifestação pública é a divulgação do próprio Consórcio e da aplicação de ações de gestão regional de riscos ambientais e urbanos, que é, inclusive, uma das ações prioritárias do PPA Regional. Em seguida, informa que foi feita a minuta da Resolução Plenária para aprovação dos Senhores Prefeitos. Para a efetiva integração das Defesas Cíveis, no entanto, o GT elencará os materiais e equipes disponíveis e formalizará um protocolo de ações a ser desenvolvidas, para a atuação regional, após receber a sinalização positiva dos prefeitos para início do preparo do Plano de Apoio Mútuo Regional. O Prefeito Gabriel Maranhão diz que é importante levar em consideração que nas divisas, as ligações são transferidas para municípios distantes, destacando a necessidade de cobrar isso das operadoras telefônicas para que as transferências sejam mais próximas ao município solicitante. O Secretário Executivo informa que o funcionamento do telefone emergencial 199 já foi discutido entre o GT Defesa Civil e as operadoras telefônicas, havendo consciência da necessidade de um correto direcionamento. Deliberação: os Prefeitos aprovaram a minuta da Resolução Plenária, que entrará em vigor em 01 de dezembro de 2014.

Remoção de moradias nas áreas de risco iminente: continuidade das remoções e novos projetos de solução habitacional até dia 30 de novembro. O Presidente Luiz Marinho informa que faltam 189 remoções pendentes entre as 630 definidas pelos municípios, e alerta aos prefeitos para constatarem o que falta remover e concluir. O Secretário Executivo informa que foi encaminhado anteriormente um ofício a cada prefeito indicando as pendências e um alerta sobre o prazo para encaminhar soluções habitacionais para os moradores removidos e ainda não contemplados em projetos existentes, a ser feita para a Secretaria Estadual de Habitação, e cujo prazo se encerra em 30 de novembro. Informa que a cópia do ofício consta na pasta dos senhores prefeitos e lembra que a Diretoria de Projetos está acompanhando e apoiando esse processo.

Segue-se o informe sobre o PAC Mobilidade, com a situação dos encaminhamentos junto à Caixa Econômica Federal. O Sr. Gilnei Peroni inicia informando que neste momento as equipes de Diadema, Mauá e São Bernardo do Campo estão em videoconferência com o Ministério para acertar detalhes da tramitação. O município de Rio Grande da Serra está com a licitação em andamento e Ribeirão Pires assinou o contrato mas falta entregar projeto, a titularidade e as licenças ambientais. O Presidente Luiz Marinho diz que surgiram muitas novidades no meio do caminho e exigências burocráticas que impediram o andamento mais veloz dos processos, e relata sua experiência que nem sempre as prefeituras têm razão do que reclamam da Caixa, mas na maioria dos casos essa razão procede, e declara que não podem aparecer novos requisitos no meio do caminho. Gilnei Peroni diz que por isso que colocaram uma equipe no Consórcio e reitera que a equipe da Caixa está buscando sempre a melhor solução. O Prefeito Luiz Marinho também reitera a

necessidade de se conduzir com a maior brevidade a análise dos projetos para liberar o quanto antes as licitações.

Segue-se a discussão com o pedido do Presidente Luiz Marinho de apoio ao Manifesto do seminário URBFAVELAS, realizado pela UFABC com a participação de diversos municípios consorciados, foi feito um manifesto sobre a qualificação dos processos de urbanização em curso, e a UFABC solicita o apoio do Consorcio nesse mesmo sentido. O Presidente faz a leitura do manifesto e finaliza concordando integralmente com essa manifestação, solicitando o aval da Assembleia para assinatura do Consorcio. Deliberação: todos os prefeitos concordaram com o manifesto e define-se a Secretaria Executiva para encaminhar aos canais competentes.

Na sequência, o Secretário Executivo convida o Sr. Alexandre Loloian, economista da Fundação Seade e coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego na região para APRESENTAÇÃO DO ESTUDO ESPECIAL SOBRE MOBILIDADE, informando que além da pesquisa mensal, o contrato anual entre o Consorcio e a Fundação Seade/DIEESE permite mais quatro produtos especiais e um deles é o estudo sobre o mercado de trabalho e mobilidade do trabalhador do Grande ABC. O Presidente Luiz Marinho fala sobre o relevante papel das pesquisas e estatísticas na região. Pondera que ainda falta muita coisa, e que os administradores públicos devem buscar experiências, idéias e ser provocados por pesquisas existentes. E não falando isso só do ABC, mas num todo, para que possam ter uma visão ampla sobre os diferentes temas da gestão pública. E ressalta a importância do Consorcio manter o contrato com o SEADE. Com a palavra, o Sr. Alexandre Loloian agradece as palavras do Presidente Luiz Marinho e inicia sua apresentação informando que esse documento foi elaborado pela Fundação Seade e pelo Dieese, em parceria com a entidade regional. O levantamento foi realizado a partir das informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED ABC). Ressalta que por ter estrutura econômica diversificada, o ABC é uma região que consegue manter a maior parte dos seus municípios morando e trabalhando na região. Destaca que nos últimos 10 anos, tivemos um crescimento muito forte na região leste e oeste da área metropolitana de São Paulo e registra que a PED é fundamentada na região que as pessoas moram. No levantamento, os dados dos sete municípios foram comparados com os do município de São Paulo, e demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), bem como foram apresentadas as alterações entre 2004 e 2013. Segundo o estudo especial, pode-se afirmar que, na questão da mobilidade do trabalhador, a situação do Grande ABC é comparável à do município de São Paulo no que se refere à maior independência destas localidades em manter seus ocupados em seus limites territoriais (77,3% e 95,7%, respectivamente). O levantamento sugere que o resultado é fruto da estrutura econômica e social diversificada e dinâmica da região, fortemente beneficiada por alguns dos principais eixos rodoviários, como o Sistema Anchieta-Imigrantes e o trecho sul do Rodoanel, proporcionando a acessibilidade necessária para a localização de arranjos produtivos de diversas naturezas. Os municípios que compõem a região abrigam grandes aglomerações industriais, como o Polo Petroquímico de Capuava, o Polo Industrial de Sertãozinho e a produção automobilística e de autopeças, de máquinas e equipamentos, de produtos de borracha e plástico, de produtos de metal e metalurgia básica de produtos químicos e petroquímicos, de embalagens, edição,

impressão e reprodução de gravações, além de segmentos econômicos nos serviços, comércio e construção civil. Assim, a região do ABC confirmou sua capacidade em manter grande parte do contingente de ocupados trabalhando dentro dos seus limites territoriais. Em 2013, 77,3% do total dos ocupados trabalhavam no mesmo município de sua residência ou em outro dentro do Grande ABC (56,5% e 20,8%, respectivamente). Também foram apresentados indicadores de mercado de trabalho e suas principais transformações nos últimos dez anos (2004 – 2013). No Grande ABC, o contingente de desempregados passou a ser estimado em 141 mil pessoas em 2013, com 97 mil pessoas a menos em relação a 2004. Este comportamento deveu-se à criação de 189 mil ocupações, número superior ao de pessoas que passaram a fazer parte da População Economicamente Ativa – PEA (92 mil), nesse período. Com isso, a taxa de desemprego retraiu-se de 18,3%, em 2004, para 10,1%, em 2013, com expressiva queda de 8,2 pontos percentuais. O ABC destacou-se pela forte concentração pela Indústria de Transformação. Em 2013 esse setor respondeu por 26,2% dos ocupados da região, contra 16,9% da Região Metropolitana de São Paulo, 13,7% do município de São Paulo e 19% do restante da Região Metropolitana exceto ABC e capital. Diz que a indústria ainda é o setor que mais absorve força de trabalho dentro do ABC, e a região é muito mais industrial que todas as demais. O crescimento do emprego assalariado, entre 2004 e 2013, fez com que sua proporção no total de ocupados do ABC passasse de 64,8% para 73,5%, o maior percentual de assalariamento entre as sub-regiões analisadas (município de São Paulo e conjunto dos demais municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo). O percentual do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada cresceu de 45,0% do total de ocupados para 57,8%, enquanto o do emprego sem carteira diminuiu de 12,4% para 7,9%, no mesmo período. A proporção do emprego assalariado no setor público mostrou leve aumento, ao passar de 7,4% para 7,9%. Já as formas de ocupação não assalariadas tiveram redução da participação no total de ocupados: a parcela de trabalhadores autônomos diminuiu de 19,1% para 14,0%, a de trabalhadores domésticos decresceu de 7,6% para 4,8% e a das demais posições ocupacionais (dono de negócio familiar, trabalhador familiar sem remuneração, profissional universitário autônomo e empregador) reduziu-se de 8,5% para 7,7%, no período. Ao mesmo tempo, o rendimento médio real do total de ocupados e o dos assalariados, na Região do ABC, apresentou a maior elevação (33,7% e 22,3%, respectivamente), entre 2004 e 2013, constatando-se a maior valorização no rendimento se comparado ao município de São Paulo e às demais cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Seus valores monetários (R\$ 2.130 e R\$ 2.148) também passaram a ser os mais elevados em relação aos da RMSP e das divisões territoriais analisadas. Finaliza, dizendo que o ABC não só viu o crescimento do trabalho como também do rendimento. O documento completo foi apresentado ao público no dia 12/12, e a versão completa consta na pasta dos Senhores Prefeitos. Conclui-se a apresentação com os cumprimentos e elogios da Assembleia de Prefeitos ao Sr. Alexandre Loloian, Fundação Seade e DIEESE pelo ótimo trabalho realizado.

Dando sequência, retoma-se a discussão sobre a PARTILHA DOS RECURSOS DO ISS do GRUPO SANTA HELENA, com os encaminhamentos para viabilizar o fluxo de recursos aos municípios. Com a palavra, o Diretor Jurídico do Consórcio, Sr. Leandro

Piccino, informa que houve uma sequência de 7 reuniões envolvendo o GT Finanças e o GT Jurídico e finalizou-se a questão da repartição dos valores do IIS. No primeiro momento foi feita uma petição dirigida ao Desembargador Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo e a avaliação inicial foi muito refratária, sendo que na ocasião o Juiz informou que a publicação demoraria cerca de 45 dias, iniciando então o Consórcio uma série de diligências em busca de abreviar a tramitação do processo. Na semana passada o processo retornou ao Fórum de São Bernardo e segue em fase de juntada de documentos. Vale notar que ao longo desse período os depósitos judiciais foram feitos em diversas contas correntes de depósito, o que levou ao pedido de unificação da conta para viabilizar a repartição dos valores. Assim que o Juiz determinar a expedição do ofício ao Banco do Brasil, esse pede 10 dias para a unificação das contas, que também buscaremos abreviar. Termina informando que no momento estamos trabalhando com a perspectiva de conseguir o levantamento desse recurso até a primeira semana de dezembro, lembrando que o recesso do Judiciário se inicia em 18 de dezembro. Com a palavra, o Secretário de Finanças de São Bernardo do Campo, Sr. Alexandre Cialdini, relata que do ponto de vista técnico a situação correu bem tanto que já conseguimos o depósito regular dos pagamentos do Hospital Santa Helena, referentes ao mês de outubro e isso respalda o processo judicial. O Secretário Executivo menciona que semana passada convocou GT Finanças para outros encaminhamentos, mas a reunião não deu quórum, pois somente 3 municípios compareceram, e pede o apoio dos Prefeitos nesse comprometimento dos secretários de finanças. Cialdini informa que já tem um estudo dos técnicos de Santo André e São Bernardo do Campo para uma nova pactuação regional sobre o ISS e ITBI, pois do ponto de vista econômico existe espaço para melhorar a arrecadação em todas as cidades, mas isso depende do marco regulatório e seria mais adequado alterar em conjunto esse marco com as definições pactuadas regionalmente. Deliberação: o Presidente Luiz Marinho solicita aos prefeitos a participação dos secretários de finanças para que tenha uma possibilidade de melhorar em conjunto as receitas da região.

Situação dos repasses de recursos dos municípios e regularização de pendências. O Presidente Luiz Marinho informa que alguns municípios estão em atraso no repasse de suas transferências mensais e pede apoio dos prefeitos para verificar nas respectivas secretarias de finanças. Informa que na próxima reunião deveremos formalizar as pendências que não foram feitas até o momento. O Secretário Executivo fala da preocupação com a projeção orçamentária do próximo ano, relatando que o município de Mauá já formalizou um pedido de repactuação. Lembrando que esse pedido tem que ser formal até o final de dezembro para aprovação dos prefeitos em assembleia geral.

INFORMES E AGENDA FUTURA

1. Oficinas do PPA Regional com os Comitês de Programas (2º ciclo: 24/11 à 03/12). O diretor de programas e projetos, Sr. Hamilton Lacerda informa que consta na pasta dos senhores prefeitos uma relação dos secretários municipais que não participaram da primeira reunião e pedindo apoio dos prefeitos. Foram realizadas 10 oficinas durante o primeiro ciclo de desdobramento da segunda fase, para a definição do calendário cronograma físico financeiro 2015/16/17. A avaliação do primeiro ciclo é positiva e contou com os gestores das cidades,

salvo as ausências já mencionadas. Na próxima semana inicia-se a segunda fase de oficinas, que vai consolidar a distribuição dos recursos do Consórcio e a disposição das ações em tempo e espaço. A idéia é na próxima assembléia apresentar o material sistematizado com todas as propostas e em janeiro ratificar o resultado do trabalho e iniciar o trabalho de acompanhamento e monitoramento das metas físicas e financeiras que saíram desse processo. No dia 15 de dezembro deve haver uma reunião com o Núcleo de Planejamento para fazer um alinhamento dos 7 municípios e posicionar os prefeitos na assembléia de janeiro. O Secretário terminando informando que além disso, estamos detalhando o projeto do observatório de políticas públicas.

2. Início do Ciclo de Seminários "Lições de Pesquisa" com as universidades do Grande ABC. O Secretário Executivo informa que pactuamos com as principais universidades da região, com o objetivo de divulgar os melhores trabalhos de pesquisa da região para apoio ao desenvolvimento das políticas regionais.
3. Curso "Gênero e Masculinidades", vai ocorrer de 25 de fevereiro a 15 de julho/2015, no Consórcio, tendo como público alvo 50 pessoas do sexo masculino dos serviços públicos dos 7 municípios.
4. Apresentação do sistema Gespública, dia 12/12, das 14h30 às 17h30, no Consórcio, pelo Ministério do Planejamento. O Gespública é um modelo de excelência em gestão que vem sendo disseminado pelo governo federal.
5. Assembleia de dezembro, com alteração de data para 15 de dezembro, às 9h.
6. Lançamento do Site do GT Turismo e apresentação do futuro impacto da chegada da linha 18 – Bronze do Metrô, dia 18/11, às 18h, no Consórcio, a partir do convenio com a Agencia de Desenvolvimento regional.
7. 1º Workshop sobre Turismo Industrial do Grande ABC, dia 25/11, às 18h15, no Hotel Blue Tree Towers Santo André, também resultante do convenio com a Agencia de Desenvolvimento Economico regional.
8. 8ª Reunião Ordinária do CDRMSP, dia 25 de novembro de 2014, às 10 horas, no Pavilhão das Culturas Brasileiras no Parque Ibirapuera.
9. Comunicação sobre o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) e as possibilidades de atuação regional através do Consorcio em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura, sendo que os encaminhamentos estão sendo conduzidos pelo GT Cultura e Diretoria de Projetos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 17 de novembro de 2014.

Prefeitos signatários, presentes na 56ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 56ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.